

## REPORTAGEM ESPECIAL

## Trabalho para cumprir penas

A115202-1

Médico lava prato, empresário pinta escola e 6 mil profissionais cumprem penas alternativas

ELIANE PROSCHOLDT  
FLÁVIA MARTINS

Um médico e um empresário reservando parte do seu tempo para lavar pratos ou pintar paredes em instituições de ensino.

Um policial militar varrendo o chão de uma entidade, um ex-deputado prestando serviços em uma repartição pública e um ex-vereador de Cariacica limpando e arrumando uma escola.

Cenas como essas fazem parte da rotina daqueles que cometeram crimes sem violência ou grave ameaça e foram punidos com penas alternativas. Mas apenas pessoas que foram condenadas a menos de quatro anos podem contar com essa modalidade de punição.

A **Tribuna** acompanhou, na tarde de ontem, a equipe que fiscaliza o trabalho em alguns dos locais, entre as 86 instituições conveniadas, onde essas pessoas prestam serviços comunitários.

À frente da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, o juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos disse que mais de seis mil pessoas, de todas as classes sociais, estão cumprindo penas alternativas na Grande Vitória. Os nomes dessas pessoas não estão sendo divulgados a pedido da Justiça.

Os crimes referem-se a ameaças de morte, lesão corporal leve, estelionato, porte de arma, sonegação fiscal, crimes eleitorais e de trânsito – como embriaguez ao volante, omissão de socorro e dirigir sem habilitação.

“A lei fala que a pena alternativa é cumprida de acordo com as habilidades do apenado, mas isso não quer dizer que ele só possa fazer aquilo que sua profissão permite. Qualquer médico, engenheiro e empresário sabe lavar um prato. Então nada impede que eu encaminhe um médico para ajudar a lavar os pratos após a merenda da escola, como temos um caso”, disse o magistrado.

Ele ressaltou que como há entidades necessitando de serviços médicos, administrativos e jurídicos, a aptidão é priorizada.

O tempo para o cumprimento da pena alternativa é semelhante ao que a pessoa estaria na cadeia.

“A aplicação da prestação de serviços à comunidade é de uma hora de serviço para cada dia de condenação. Mas uma pessoa condenada a um ano de prisão não pode ir 35 dias e pagar 10 horas por dia para se livrar dos 365 dias. O que a lei quer é que ela reflita e fique um ano lembrando que fez uma coisa errada”, explicou.

## ELES CUMPREM PENAS ALTERNATIVAS

FOTOS: ANTONIO MOREIRA/AT



## FAZENDEIRO VAI CUIDAR DE HORTA

A partir da próxima semana, um administrador, com especialização em Agronomia, que é dono de fazenda em Brasília, vai cuidar da horta do Esquadrão Resgate Vida, um centro para recuperação de dependentes químicos em João Goulart, Vila Velha.

O pastor Valcenir Ferreira Paes (à direita na foto), que coordena a instituição, contou que o profissional vai lidar diretamente com a terra, melhorando a horta, estudando e adubando o solo e abrindo outras áreas para plantio de árvores frutíferas.

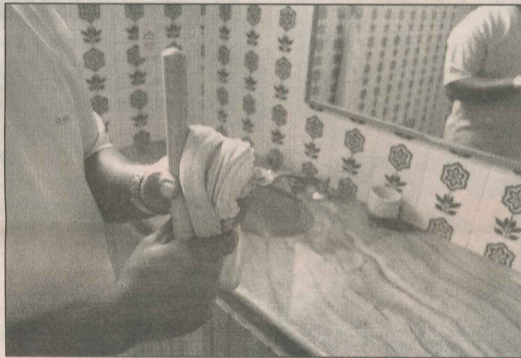
O motivo da condenação do fazendeiro não foi informado, mas ele deverá atuar no local por um ano.

## POLICIAL QUE LIMPA O CHÃO

Um soldado da Polícia Militar está, há nove meses, limpando o chão da Casa Franciscana, que promove cursos e oficinas para a comunidade, em Vila Velha.

Flagrado com uma arma que não era do calibre permitido para sua função, foi condenado por porte ilegal. Mas teve a pena de um a dois anos de prisão trocada por prestação de serviços comunitários durante um ano e meio.

“Estou gostando de trabalhar e aprendi muito aqui. No começo, foi difícil, mas depois vi que estava ajudando muita gente com meus serviços e faço o melhor que posso”, afirmou o PM.

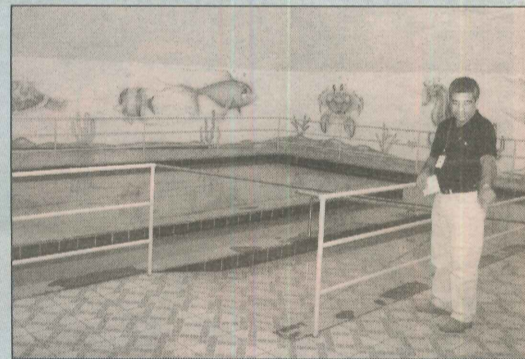


## ELA LAVA, PASSA E LIMPA ÁREA DA PISCINA

Condenada por irregularidades nas contribuições da previdência social, a integrante de um sindicato é a responsável por lavar e passar os uniformes usados pelos alunos da Apae de Cariacica.

A pena, que começou a ser cumprida no ano passado, foi de três anos, dois meses e 20 dias.

O presidente da instituição, Arildo Rodrigues Rocha (foto), contou que ela também é quem limpa, uma vez por semana, a área da piscina, onde as crianças fazem exercícios. A piscina, aliás, foi construída com a ajuda de outras pessoas que já cumpriram pena no local. Muitos ainda continuam como voluntários, cuidando da pintura e da manutenção.

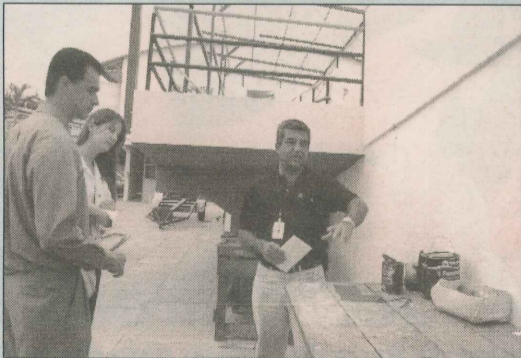


## EMPRESÁRIO FAZ DE TUDO

Um empresário, dono de frigorífico, condenado a dois anos e quatro meses por crimes contra a ordem tributária, que inclui sonegação fiscal, está trabalhando na Apae de Cariacica, onde faz de tudo, desde limpar o quintal até ajudar nas obras e na cozinha.

O presidente da instituição, Arildo Rodrigues Rocha (foto), contou que ontem ele ajudou a limpar o quintal e ainda tirou a água de cocos para as crianças.

Na mesma instituição, um ex-vereador, condenado por crime eleitoral, ajuda na limpeza e arrumação. “Todo mundo acaba fazendo de tudo, ajudando na cozinha e trabalhando na conservação do lugar”, ressaltou Arildo.



## O “CATA-FEIJÃO” DA APAE

O atendente de uma farmácia, condenado a três anos de serviços voluntários, por ter sido conivente em um caso de aborto, já cumpriu pena na Apae de Cariacica.

Lá, ficou conhecido pelas cozinheiras como o “cata-feijão”, pois essa era uma de suas principais tarefas na instituição, onde também escolhia o arroz que seria preparado, cuidava da despensa e ajudava a preparar a merenda dos alunos.

O presidente da instituição, Arildo Rodrigues Rocha, contou que, mesmo após cumprir a sentença, o profissional se prontificou a continuar atuando no local como voluntário.



## ADVOGADOS ATENDEM DE GRAÇA

A Casa Franciscana, em Vila Velha, oferece assistência jurídica gratuita para a comunidade, contando com dois advogados que cumprem pena.

Um deles é funcionário público, condenado por pe-

culato – apropriar-se de dinheiro ou bem. A prisão, que nesses casos pode variar de dois a 12 anos, foi transformada em dois anos e quatro meses de serviços.

A outra advogada foi condenada a cinco anos, por

adulteração de duplicatas.

“Eles nos ajudam a atender mais pessoas”, ressaltou a coordenadora da Casa Franciscana, Soraia Maria Crispim Mesquita.

# Suborno para se livrar de obrigação

*Fiscais descobriram casos de instituições que recebem dinheiro para que condenados não cumpram suas penas*

Atentos à aplicação da lei, os fiscais da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas constataram que existem pessoas que tentam subornar as instituições para não cumprir a pena. Seis entidades já foram descredenciadas, sendo quatro neste mês.

Segundo o titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, a fiscalização descobriu que uma pessoa que tinha que prestar serviço a uma entidade não estava cumprindo sua pena.

"Uma funcionária deixou escapar que ele trocou o serviço que deveria ser prestado dando dinheiro para a entidade. Ele disse: 'Eu não vou trabalhar, mas dou um dinheiro e vocês falam que eu estou trabalhando'", contou o juiz.

Agora eles querem descobrir outras irregularidades e, para isso, contam com o apoio da polícia e do Ministério Público para investigar.

Mas a maioria dos casos mostra que a fiscalização e o apoio e a seriedade das instituições permitem a ressocialização dos condenados.

Muitos deles acabam se apaixonando pelo trabalho voluntário e não abandonam as instituições, nem depois de cumprirem a pena.

Na Apae de Cariacica há exem-

plos disso. "Muitos se tornam nossos amigos e querem continuar o trabalho. Temos um atleta que vem aqui uma vez por mês para cortar a grama", contou o presidente da instituição, Arildo Rodrigues Rocha.

Ele acrescentou que um eletrotécnico que passou pelo local também não deixou de prestar serviços depois que a pena foi cumprida.

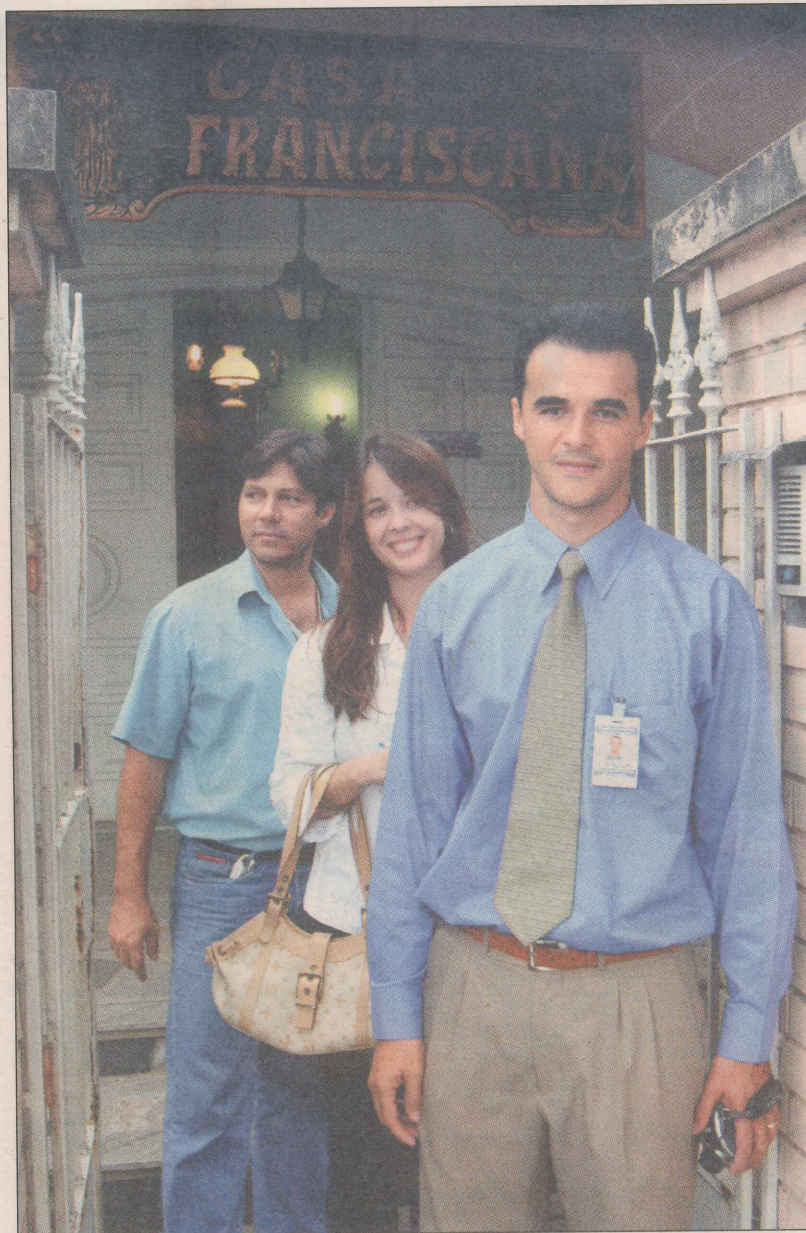
"Até hoje, tudo o que precisamos ele conserta e só pagamos o material. Um outro profissional que ajudava na manutenção acabou sendo contratado para trabalhar conosco por um tempo", disse.

## CONVÊNIO

Só que existe uma preocupação: foi firmado um convênio com o Ministério da Justiça para que os fiscais atuem, mas esse prazo vence em janeiro.

"Se o contrato não for renovado ou se não for realizado concurso público, todo esse trabalho vai ser interrompido", disse Carlos Eduardo, destacando que encaminhou um ofício ao Tribunal de Justiça do Estado pedindo ajuda.

O presidente do TJ, desembargador Jorge Goes Coutinho, disse, por meio da assessoria de imprensa, que vai se empenhar ao máximo, junto ao Ministério da Justiça, para que o contrato dos fiscais seja renovado até que seja viabilizado concurso.



Hildo, Renata e Hedelson trabalham na equipe de fiscalização

## Apoio psicológico para famílias

Antes de serem encaminhados para prestar qualquer tipo de serviço a uma instituição, os condenados a penas alternativas são avaliados por uma equipe formada por psicólogos e assistentes sociais, para facilitar a adaptação.

O acompanhamento psicológico é mantido durante todo o período, inclusive para os familiares dos condenados e para as instituições em que eles atuam.

"Temos um trabalho de acompanhamento para motivá-los e mostrar a importância do compromisso que assumem e do trabalho que irão desempenhar", explicou o coordenador da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (Vepema), Hedelson Soares Carvalho.

Além disso, uma equipe de fiscais, entre eles Hildo Frasson Júnior, liderados pela coordenadora Renata Azevedo Lemos, percorre diariamente locais em que há o cumprimento de penas, para acompanhar o trabalho.

As constatações da equipe servem para indicar se a pena está sendo proveitosa para a instituição e pedagógica para quem cometeu o crime.

"Nós levantamos todas as possibilidades, avaliando onde a pessoa pode se encaixar e suas potencialidades. O objetivo é que a pessoa reflita no que fez, mas que também seja útil à comunidade", explicou a coordenadora do serviço social da Vepema.

O titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, juiz Carlos Eduardo Ribeiro Lemos, ressaltou que a pena alternativa permite que a pessoa não fique com estigma de ser um ex-presidiário.

"Ela alimenta sua auto-estima e sente-se valorizada prestando esse serviço à comunidade. Temos vários casos de pessoas, que depois de cumprir o tempo determinado pela Justiça continuam ajudando a comunidade, pois elas reconstróem seus valores", disse o juiz Carlos Eduardo.

## O QUE DIZ A LEI

### Artigo 44

As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo;

II - o réu não for reincidente em crime doloso;

III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

### Artigo 46

A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicá-



vel às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.

§ 1º A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas con-

siste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.

§ 2º A prestação de serviço à comunidade dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

§ 3º As tarefas a que se refere o § 1º serão atribuídas conforme as aptidões do condenado, devendo ser cumpridas à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.

Fonte: Código Penal

## ANÁLISE

**"O SISTEMA PRISIONAL ESTÁ RIGOROSAMENTE FALIDO"**

"Acho que as penas alternativas deveriam ser aplicadas de uma forma muito maior, não só no limite existente hoje, que é para crimes sem violência, cuja condenação não exceda quatro anos.

O tempo previsto hoje não atende a demanda da maioria dos problemas que poderiam ser resolvidos com o sistema carcerário. Isso é um problema umbilicalmente ligado a outro.

Deveriam ampliar o direito de penas alternativas para condenados em até seis anos.

O número de penas alternativas no País é baixíssimo. Aí no Espírito Santo são 6 mil apenas, mas ainda é muito baixo.

Acho que o sistema prisional está rigorosamente falido. Na minha avaliação, só deve ser reservado para situações ímpares, para pessoas que realmente precisam estar ali, enquanto não é possível buscar uma outra forma de punição.

Não é um discurso anárquico. Não estou sustentando que pessoas não deveriam estar presas, só acho que é preciso ter um critério de seleção mais depurado.

A pena alternativa pode surtir efeito para o apenado e para a sociedade, mas é preciso que a sociedade entenda isso como pena e não como uma benesse.

Não é vexatório, por exemplo, um médico lavando pratos, pois lavar um prato é tão digno quanto qualquer outro serviço, mas acho que deve-se adequar, em regra, aquilo que a pessoa tem de maior aptidão em que ela possa, no exercício de uma pena alternativa, melhor contribuir para sua sociedade.

Só que as penas alternativas não são as únicas soluções para resolver o problema da superlotação carcerária. Hoje temos em média 370 mil pessoas presas no Brasil, aproximadamente 200 mil mandados para serem cumpridos, o déficit de vagas carcerárias no País é de 150 mil vagas."

**Luis Guilherme Vieira,**  
advogado criminal e membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça

## Instituições elogiam trabalho

Para instituições como asilos, centros de recuperação de dependentes químicos, igrejas e escolas, que prestam serviços voluntários, o trabalho de quem cumpre uma pena alternativa surge como um apoio para que os serviços sejam mantidos. O desempenho dos profissionais é elogiado por quem dirige as entidades.

Pelo centro de recuperação de dependentes químicos Esquadra da Vida, em Vila Velha, por exemplo, já passaram cerca de 100 pessoas cumprindo pena.

"Eles ajudaram a construir os banheiros, a cantina e a capela. Esse trabalho tem sido de extre-

ma importância, principalmente porque não temos como pagar mão-de-obra especializada. Alguns se dedicam tanto que passam do horário exigido para ajudarem mais", disse o pastor Valcenir Ferreira Paes, que coordena a instituição. Todos aprovam os serviços prestados.

O presidente e a coordenadora administrativa e financeira da Apae de Vitória, Hércules da Silva Falcão e Elizabeth Vianna Guerzet, elogiam os serviços prestados.

A instituição de Vitória conta com 15 prestadores de serviço, como eles chamam, que de-

envolvem diversas atividades, de acordo com sua aptidões.

"Têm pessoas de todo o tipo de formação e de todas as classes sociais, inclusive nível superior", contou Elizabeth.

Ela disse que no início, as pessoas são bem reservadas, principalmente aquelas com graduação, mas depois mudam o comportamento.

A coordenadora do Serviço Franciscano de Solidariedade (Casa do Franciscano), Soraia Maria Crispim Mesquita, também elogiou o trabalho dos que cumprem pena alternativa na sua instituição.